

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 25.077 - SP (2019/0079691-7)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**IMPETRANTE : ESTER MEILER LEVENTER**  
**ADVOGADO : ESTER MEILER LEVENTER (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP296061**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de mandado de segurança impetrado por Ester Meiler Leventer em face de decisão proferida pela 31ª Câmara da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

A Constituição Federal, em seu artigo 105, I, "b", define, expressamente, a competência desta Corte para o processamento e julgamento dos mandados de segurança impetrados contra atos de Ministros de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou atos do próprio Tribunal.

No presente caso, fica claro que a inconformidade da impetrante se volta contra decisão proferida por órgão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo/SP, autoridade não elencada no referido artigo 105 da Constituição Federal, não se enquadrando, assim, na competência desta Corte para o processamento e julgamento do mandado de segurança.

Incide, pois, no caso, o art. 21, VI, da LOMAN (LC 35/79) e o enunciado da Súmula 41/STJ, de seguinte teor: O Superior Tribunal de Justiça não tem competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de outros Tribunais ou dos seus respectivos órgãos.

Nesse sentido, entre outros, os seguintes acórdãos:

PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. AGRAVO REGIMENTAL. SÚMULA N. 41-STJ.

I."O Superior Tribunal de Justiça não tem competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de outros tribunais ou dos respectivos órgãos" (Súmula n. 41-STJ).

II. Agravo regimental improvido.

(AgRg no MS 15.965/RJ, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23/02/2011, DJe 02/03/2011)

MANDADO DE SEGURANÇA. IMPETRAÇÃO QUE ATACA

ACÓRDÃO ORIUNDO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. INCOMPETÊNCIA DO STJ. SÚMULA N. 41/STJ.

1. A teor do que prescreve o enunciado da Súmula n. 41/STJ, não tem o Superior Tribunal de Justiça competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de outros tribunais ou dos respectivos órgãos.

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no MS 14.790/RJ, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJe 23.04.2010)

Em face do exposto, com fundamento nos arts. 210 e 212 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, declaro a incompetência desta Corte para apreciação do presente mandado de segurança e determino a sua remessa ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo/SP.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora